

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Maria Viriândia de Moura Luz (1); Erivana D’Arc Daniel da Silva Ferreira (1); Zélia Maria de Lima Pinheiro (2); Maria Cláudia Paes Feitosa Jucá (3); José Cleóstenes de Oliveira (4)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), virlandialuz@gmail.com (1); IFCE/campus Juazeiro do Norte, erivanadarc@gmail.com (1); IFCE/campus Juazeiro do Norte, zeliamp@gmail.com (2); IFCE/campus Juazeiro do Norte, claudiapfjuca@gmail.com (3); Faculdades Integradas de Patos/FIP, j.cleostenes@outlook.com (4)

Resumo: O presente artigo tem como objetivo principal analisar como se desenvolve a gestão na escola municipal Borges de Sousa da cidade de Picos-PI, verificando qual o grau de envolvimento da comunidade escolar interna na tomada de decisões, bem como com os projetos e as atividades propostas pela gestão. Nesse contexto, ressalta-se que a gestão educacional no século XXI precisa estar fundada nos princípios democráticos, priorizando o diálogo, a participação e a descentralização das decisões. Sendo assim, a escolha desse tema surgiu da necessidade de discutir de modo mais aprofundado sobre o relevante papel da gestão escolar na construção de uma educação de qualidade. Vale destacar que este artigo está fundamentado nas teorizações de Lück (2009), Luckesi (2007), Tavares (2009), dentre outros autores que subsidiam as discussões e reflexões relacionadas à gestão escolar. Desse modo, a presente pesquisa trata-se de um estudo de caso realizado em uma escola municipal da cidade de Picos-PI. Em relação à natureza da pesquisa, é do tipo qualitativa. Como instrumento de coleta de dados foi aplicado nos dias 19 e 20 de novembro de 2015 um questionário com sete questões abertas a professores, vigias e zeladoras da escola. Verificou-se que a gestão da escola investigada se preocupa em ouvir, motivar e envolver sua equipe nas decisões, atividades e projetos que são desenvolvidos, o que repercute no modo como a equipe colabora com o que é proposto pelos gestores e que contribui com a oferta de uma educação significativa na escola. Entretanto, nota-se que a escola, bem como o trabalho da gestão apresenta algumas fragilidades que precisam ser repensadas e rediscutidas visando à oferta de uma educação cada vez mais de qualidade para a comunidade.

Palavras-Chave: Gestão Escolar, Participação, Gestão Democrática.

1 INTRODUÇÃO

A qualidade na educação é tema recorrente nos estudos, diálogos e discussões educacionais. A educação no século XXI precisa ir além da mera transmissão do saber escolar, deve ser capaz de contribuir com uma formação ética, cidadã e crítica, bem como de preparar os educandos para intervir na sociedade, gerando transformações sociais significativas. Além disso, carece “[...] se aproximar mais dos aspectos éticos, coletivos, comunicativos, comportamentais, emocionais... todos eles necessários para se alcançar uma educação democrática dos futuros cidadãos”. (IMBÉRNON 2000 *apud* GADOTTI, 2003, p. 25).

Assim, destaca-se o papel da gestão escolar como instrumento de fundamental importância para que esses propósitos se tornem realidade na escola. Portanto, a gestão precisa estar fundada nos princípios democráticos, priorizando o diálogo, a participação e a descentralização das decisões. O gestor deve agir com ética e compromisso de modo a instigar a integração e a participação de todos os envolvidos no contexto educacional nas decisões, atividades e projetos da escola.

Ressalta-se que o gestor precisa ter habilidade de comunicação para que consiga motivar a equipe, sendo capaz de extrair o melhor que cada um tem a oferecer, sabendo ouvir, dialogar e mediar os conflitos que surgem no cotidiano da escola. (TAVARES, 2009).

Partindo desse pressuposto, destacamos a relevância das discussões sobre gestão escolar, que segundo Heloísa Lück (2009, p. 24):

É o ato de gerir a dinâmica cultural da escola, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas para a implementação de seu projeto político-pedagógico e comprometido com os princípios da democracia e com os métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências), de participação e compartilhamento (tomada de decisões conjunta e efetivação de resultados) e auto-controle (acompanhamento e avaliação com retorno de informações). [...] Constitui uma dimensão e um enfoque de atuação em educação, que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais necessárias para garantir o avanço dos processos socioeducacionais de ensino, orientados para a promoção efetiva da aprendizagem dos alunos, de modo a torná-los capazes de enfrentar adequadamente os desafios da sociedade complexa, globalizada e da economia centrada no conhecimento.

Nesse contexto, Luckesi (2007) assegura que a escola, a sala de aula é local privilegiado para ensinar o respeito a si mesmo, ao outro e ao meio ambiente. Coloca que a proposta de educação do século XXI defendida pela UNESCO está ancorada no “viver junto” e que, portanto, a escola precisa caminhar nessa direção.

Segundo Edgar Morin (2000), a educação deve ir além da transmissão de conhecimentos formais, fragmentados em disciplinas, descontextualizados. É necessário haver uma religação dos saberes. Os saberes formais não são e não podem ser tratados nos ambientes educacionais como dissociados das esferas éticas, estéticas, culturais, espirituais e sociais dos indivíduos.

Assim, o papel do gestor é de fundamental importância para que esses propósitos se concretizem na escola. Deve assumir essa tarefa com ética, compromisso, motivação e responsabilidade, instigando a comunidade escolar a partilhar e colaborar com essas aspirações.

Tavares (2009) salienta que os dirigentes devem instigar a participação de toda a comunidade escolar e local nos processos decisórios, por meio de uma gestão integrada, que seja capaz de despertar nos envolvidos no processo educacional o espírito de colaboração e compromisso com a escola. Mediante isto, prepondera-se a discussão gestão democrática e participativa.

Para Dourado (2006, p. 58) a gestão democrática “[...] no sentido *lato*, pode ser entendida como espaço de participação, de descentralização do poder e de exercício de cidadania”. Vale ressaltar que a gestão democrática é um dos princípios do ensino que está regulamentado na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206 e no inciso VIII do artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996).

Além disso, a meta 19 do Plano Nacional de Educação em vigência (2014-2024) é direcionada a gestão democrática, que é vista como um mecanismo que traz melhorias para o sistema educativo e para as políticas voltadas à educação. O decreto 12.765 de 19 de setembro de 2007 do estado do Piauí, regulamenta o art. 119 de Lei Complementar nº 71, de 26 de julho de 2006, disciplinando a gestão democrática nas escolas da Rede Pública Estadual de Ensino no Piauí, garantindo, em seu art. 1º, inciso VI “a descentralização do processo educacional”.

Entretanto, para além da legislação, Dourado (2006, p. 58-59) coloca que para que a gestão democrática se efetive concretamente nas escolas é necessário:

[...] instituir processos de efetiva participação política; da gratuidade do ensino; da universalização da educação básica e superior; do planejamento e da coordenação descentralizados dos processos de decisão e de execução; do fortalecimento das unidades escolares por meio da efetivação da autonomia das unidades escolares; da articulação entre os diferentes níveis de ensino; da definição coletiva de diretrizes gerais para a educação nacional; da exigência de planos de carreira para o magistério público; da vinculação de verbas para a educação; da democratização das formas de acesso, permanência e gestão.

Além disso, a gestão escolar deve se desvincular da tendência burocrática, que tende a centralizar e emperrar os processos, para dar lugar a possibilidades de construção coletiva das diretrizes, normas e procedimentos que norteiem o processo de ensino-aprendizagem, de modo que todos tenham direito de emitir suas opiniões, contribuindo com a mudança de paradigma da educação, que em muitos casos ainda é pautada na unilateralidade do processo decisório.

Cipriano Luckesi (2007, p. 2) amplia ainda mais esta discussão quando expõe que:

[...] democrática e participativamente, a comunidade pode e deve, junto com a escola, cuidar de sua manutenção e integração em seu espaço; os pais podem e devem, de modo ativo e comprometido, participar, junto com a escola e seus educadores, da orientação dos seus filhos e estudantes para a vida escolar e para a vida fora da escola, participar da manutenção da escola e de sua integração com a

comunidade; os professores podem e devem cuidar da manutenção da escola em termos de não-deprecação dos móveis e de seu espaço físico, de limpeza, assim como dos estudantes que forem adjudicados a eles, para que efetivamente aprendam e se desenvolvam; os estudantes podem e devem cuidar do espaço físico da escola, sua manutenção e limpeza, da biblioteca, dos jardins, dos móveis e, principalmente, assumirem responsabilidade de sua aprendizagem e desenvolvimento. Os estudantes necessitam de aprender a viver em grupos, o que exige cuidados bem específicos consigo mesmo, com o meio e com os outros, no que se refere ao estudo, à aprendizagem, ao cumprimento de suas tarefas.

Para Silva (2009) a escolha do diretor por meio das eleições diretas também contribui com a concretização de uma gestão mais democrática. Defende que quando o diretor é eleito pela comunidade há mais chances desta colaborar com suas propostas de trabalho.

A este respeito Tavares (2009) destaca que em muitas escolas ainda vigora a indicação política de diretores e que isto está muitas vezes vinculado a troca de favores que pode prejudicar a qualidade da educação ofertada. Nesses casos, corre-se o risco dos anseios de uma minoria se preponderar em detrimento aos da coletividade.

Entretanto, Dourado (2006) coloca que apesar de referendar a escolha dos diretores por meio das eleições diretas, deve-se ter cuidado para que essas eleições não introjetem os vícios dos pleitos para escolha dos representantes políticos, evitando, dentre outras coisas, que o voto seja trocado por futuras regalias particulares advindas dele. Por isso, chama a atenção para a necessidade de garantir a implantação de outros organismos de participação colegiada na escola.

Portanto, nota-se que apenas a escolha dos gestores através do voto não é suficiente para garantir a democratização do ambiente educacional. É necessário a efetivação de vários mecanismos de participação, dentre eles, o Projeto Político Pedagógico, o Conselho Escolar e o Conselho de Classe.

Tendo por base esse contexto, a escolha desse tema surgiu da necessidade de discutir de modo mais aprofundado sobre o relevante papel da gestão escolar na construção de uma educação de qualidade. Tem como objetivo principal analisar como se desenvolve a gestão na escola municipal Borges de Sousa da cidade de Picos-PI, verificando qual o grau de envolvimento da comunidade escolar interna na tomada de decisões, bem como com os projetos e as atividades propostas pela gestão. Além disso, propõe desenvolver discussão teórica sobre a gestão educacional e sua relevância para o processo de ensino-aprendizagem, bem como discutir sobre o Projeto Político Pedagógico da escola pesquisada.

Vale destacar que o presente artigo está fundamentado nas teorizações de Lück (2009), Luckesi (2007), Tavares (2009), dentre outros autores que subsidiam as discussões e reflexões relacionadas à gestão escolar.

Com a concretização desse trabalho, espera-se suscitar outras pesquisas nesse campo de estudo e contribuir com a promoção de debates e reflexões acerca do tema em espaços sociais e educativos, levando educadores, alunos e sociedade em geral a refletirem de maneira mais profunda sobre o papel da gestão educacional.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida como requisito para aquisição do título de especialista em Gestão Educacional pela Faculdade Integrada de Patos/polo Crato-CE e revista em 2017 com a colaboração das co-autoras. Trata-se de um estudo de caso realizado em uma escola municipal da cidade de Picos-PI. Em relação à natureza da pesquisa é do tipo qualitativa. Segundo Gerhardt e Silveira (2009, p.32) a pesquisa qualitativa preocupa-se “com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”.

Desse modo, com a concretização desta pesquisa, pretendeu-se analisar como se desenvolve a gestão na escola municipal Borges de Sousa da cidade de Picos-PI, verificando qual o grau de envolvimento da comunidade escolar interna na tomada de decisões, bem como com os projetos e as atividades propostas pela gestão.

A escolha pela escola municipal Borges de Sousa se deu devido ela ser considerada pela secretaria municipal de educação de Picos como uma das escolas que se destaca no desenvolvimento de projetos significativos, o que segundo a secretaria, tem trazido resultados positivos no que diz respeito à aprendizagem dos educandos. A pesquisa foi realizada com os professores, vigias e zeladoras da escola.

Foi desenvolvida uma análise documental do Projeto Político Pedagógico da escola e realizada uma pesquisa de campo. Como instrumento de coleta de dados foi aplicado nos dias 19 e 20 de novembro de 2015 um questionário com sete questões abertas a professores e demais servidores¹ da escola. Participaram da pesquisa nove professores², um vigia e uma

¹ Ressalta-se que o núcleo gestor não foi convidado a responder ao questionário de pesquisa devido ao fato do trabalho objetivar analisar a gestão escolar a partir da ótica dos professores, vigias e zeladoras da escola.

² É válido registrar que não foi possível entregar o questionário a alguns dos servidores e que outros não

zeladora. Ressalta-se que os dados coletados serão analisados e discutidos no capítulo seguinte, no qual trataremos também do Projeto Político Pedagógico da escola.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 A Gestão da Escola Municipal Borges de Sousa a partir da Perspectiva do seu Projeto Político Pedagógico

A escola municipal Borges de Sousa é localizada na Rua Projetada, s/n, Povoado Umarí, zona rural da cidade de Picos-PI. Oferta educação infantil: Maternal, Jardim I e II e ensino fundamental: 1º ao 7º Ano. Foi fundada em 04 de março de 1969 no governo do então prefeito de Picos, Helvídio Nunes de Barros. Recebeu a denominação em homenagem ao doador do terreno, Pedro Borges de Sousa (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2015)

O corpo docente é formado por 17 (dezessete) professores, sendo 25% com regime de 40 horas e 75% com regime de 20 horas, destes 90% são efetivos e 10% são seletistas. Quanto à graduação 100% possuem curso superior e 80% possuem especialização. Já o corpo discente totaliza 154 alunos distribuídos nos dois turnos (manhã e tarde). A parte administrativa é composta por 01(um) diretor, 01(uma) coordenadora pedagógica/Mais Educação, 02(dois) secretários, 02(dois) vigias, 01(uma) merendeira, 03(três) zeladoras (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2015).

A escola desenvolve vários projetos, tais como: Leitura e Escrita, Meio Ambiente, Cultura Popular, Histórias de Vidas, dentre outros, “visando melhorar a aprendizagem do aluno, conscientizar sobre a importância da preservação ambiental e resgatar os costumes dos nossos antepassados, bem como, outras melhorias em prol do crescimento intelectual e moral do mesmo” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2015, p. 6).

Segundo o Projeto Político Pedagógico-PPP (2015)³, a escola tem alguns problemas internos e externos⁴ que devem ser superados com a colaboração de toda a comunidade

devolveram o questionário de pesquisa.

³ O PPP da escola municipal Borges de Sousa foi revisado em 2015, segundo informações do próprio documento.

⁴ Problemas Internos: Baixo rendimento acadêmico dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática nas séries iniciais do Ensino Fundamental; Ausência da família no acompanhamento escolar dos educandos inseridos nas modalidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental; Dificuldade em fazer com que alguns alunos sigam as normas disciplinares da escola. Estrutura física não oportuniza as práticas esportivas devido à falta de uma quadra esportiva. Falta também, sala de leitura, dificultando o desempenho das atividades escolares.

escolar e local, pois “o ensino-aprendizagem é um processo contínuo, coletivo, participativo assumido por toda equipe escolar e pela comunidade em prol de uma educação de qualidade” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2015, p. 7). O documento acrescenta que:

O projeto se dá de forma coletiva, onde todos os personagens direta ou indiretamente, pais, professores, alunos, funcionários, corpo técnico-administrativo são responsáveis pelo seu êxito. Assim, sua eficiência depende, em parte, do compromisso dos envolvidos em executá-lo (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2015, p. 9).

Desse modo, a escola prima pela democracia e acredita que a construção do conhecimento se dá de maneira coletiva, onde todos os envolvidos com o contexto escolar são corresponsáveis pelo seu sucesso. No tocante à gestão propriamente dita, o documento aponta que “[...] todas as atividades devem ser coordenadas pelo núcleo gestor em regime de cooperação com todos que compõem a escola e com a comunidade”, primando assim por uma gestão democrática e participativa (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2015, p. 7).

A escola ainda não dispõe de Conselho de Classe, mas a criação desse Conselho é uma meta do PPP. Conta com o Conselho Escolar, que tem como atribuições:

[...] deliberar sobre as normas internas e o funcionamento da escola, além de participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico; analisar as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola, propondo sugestões; acompanhar a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras da escola e mobilizar a comunidade escolar e local para a participação em atividades em prol da melhoria da qualidade da educação (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2015, p. 21).

Desse modo, de acordo com o Projeto Político Pedagógico (2015), a escola prima por uma gestão democrática, pautada pelos princípios da ética, do respeito a diversidade e pluralidade de ideias, das decisões compartilhadas e coletivas, em que toda a comunidade escolar e local é instigada a opinar e colaborar com o desenvolvimento da escola e a construção do saber.

Sendo assim, dando prosseguimento às discussões sobre como se desenvolve a gestão na escola Borges de Sousa, analisaremos agora os dados coletados com a pesquisa de campo

3.2 Resultados da Pesquisa de Campo

A partir de agora discutiremos as respostas obtidas com a aplicação dos questionários de pesquisa. No que diz respeito à primeira pergunta, quando questionados (as) sobre o que

Problemas Externos: Falta de acompanhamento de alguns pais nas tarefas escolares; Baixa participação de alguns pais nas reuniões bimestrais e falta de envolvimento da comunidade.

entendem por gestão democrática, os (as) pesquisados (as) foram unânimes em dizer que é uma gestão que oportuniza a participação de todos os segmentos da escola. Por as respostas obtidas, nota-se que eles (as) entendem participação como a possibilidade de opinar nas tomadas de decisão da escola, bem como o fato de serem ouvidos (as) pela gestão.

Quanto ao segundo questionamento, que se propôs a investigar se os (as) pesquisados (as) conheciam a legislação que trata da gestão democrática nas escolas, dos (as) 11 respondentes, 72, 8% disseram que não e 27,2% que sim. Seguem as especificações dos (as) investigados (as)⁵ que disseram conhecer a legislação:

Pesquisado (a) A: “A lei nº 10.576 de 14 de novembro de 1995 que estabelece princípios para a educação brasileira”. Na verdade, a referida lei dispõe mesmo sobre a Gestão Democrática do Ensino Público, mas não é Lei federal nem do estado do Piauí. É uma legislação⁶ do estado do Rio Grande do Sul.

Pesquisado (a) B: “Conselho Escolar”. O (a) respondente só se referiu ao conselho escolar, que é um dos instrumentos previstos na LDB/1996 como um princípio da gestão democrática.

Esses resultados podem denotar que há um desconhecimento por parte dos educadores sobre a legislação que trata da gestão. De modo geral, tal fato nos faz refletir sobre a necessidade de investimentos em formação continuada, bem como a respeito de haver uma maior valorização dos profissionais da educação, pois ao serem mal remunerados muitos educadores chegam a trabalhar três turnos diariamente. Supõe-se que isso dificulta a disponibilidade de tempo para se atualizar sobre assuntos relevantes da sua área de atuação, o que é de fundamental importância para a melhoria da qualidade da educação ofertada.

No que se refere à escola investigada, constam no Projeto Político Pedagógico metas voltadas a formação continuada dos docentes. Talvez, essa seja uma bandeira que deva ser ainda mais defendida pela gestão da escola frente à secretaria de educação e os órgãos competentes.

Quanto à avaliação que fazem da atuação da gestão da escola, 100% afirmaram que positiva. A maior parte das respostas aponta que todos os setores da escola participam das decisões e que o gestor é aberto a discutir e ouvir as opiniões de todos. A seguir, algumas das respostas dadas pelos (as) respondentes:

⁵ Uma delas só marcou a opção sim, afirmando conhecer a legislação, mas deixou em branco o espaço destinado a especificações ou comentários.

⁶ A referida lei foi atualizada pela Lei nº 13.390, de 15 de maio de 2012.

Pesquisado (a) B: “Porque este atua de forma democrática, possibilitando a todos os envolvidos participarem das decisões a serem tomadas na escola”.

Pesquisado (a) C: “Porque faz realmente a coisa acontecer através de seu empenho e dedicação”.

Pesquisado (a) D: “Porque o gestor é aberto e acessível a sugestões de funcionários, alunos e todo o conselho escolar”.

Pesquisado (a) E: “Porque é uma gestão que cumpre na prática sua função. É atuante e sempre está apto a auxiliar todos que formam a equipe escolar”.

Questionados se consideram a gestão da escola democrática, 100% denotou que sim. Nota-se que o conceito de gestão que deram na primeira pergunta do questionário foi reafirmado aqui, ao se referirem à gestão da sua escola. A participação nas tomadas de decisão sempre está contida nos discursos dos (as) pesquisados (as):

Pesquisado (a) F: “Porque todas as decisões são tomadas de acordo com todos os funcionários, tudo é claro e transparente”.

Pesquisado (a) G: “A gestão sempre abre espaço para que possamos dar nossas opiniões e sugestões”.

Quando interrogados se se sentem motivados a colaborar com as ações, atividades e projetos propostos pela gestão, 100% respondeu que sim. As respostas dadas pelos (as) respondentes podem ser resumidas nas seguintes justificativas: quando há participação nas tomadas de decisão o grupo se sente mais motivado a colaborar com o que é proposto; o trabalho, quando é reconhecido e valorizado, torna a equipe mais solícita; o gestor “não é um chefe é um líder” (Pesquisado (a) D); a gestão sempre motiva a equipe e dá suporte no que é necessário para realização dos projetos; “os projetos são dinâmicos e causam impacto na comunidade” (Pesquisado (a) F); os projetos auxiliam na aprendizagem dos educandos; o gestor sempre estimula o educador a buscar mais conhecimentos; mensalmente há reuniões para traçar metas e elas são colocadas em prática por todo o grupo;

Percebe-se que a equipe é bem integrada e satisfeita com o trabalho da gestão, que parece se dedicar para promover atividades diferenciadas na escola, contando com a participação e colaboração da equipe. Entretanto, nos chamou a atenção a justificativa de um (a) dos (as) professores (as) pesquisados (as):

Pesquisado (a) H: “[...] todas as ações são em benefício de todos que fazem parte da escola (alunos e funcionários)”. O (a) educador (a) considerou como integrantes da escola apenas alunos (as) e funcionários, extinguindo desse contexto pais e comunidade local, o que

nos leva a refletir se isso é um reflexo do trabalho desenvolvido pela gestão, que dispensaria menos atenção a comunidade externa ou se é mesmo uma visão particular do (a) professor (a) e que não tem relação nenhuma com a atuação da gestão.

Pelas respostas dadas pelos (as) demais pesquisados (as), acredita-se que a segunda proposição seja a mais condizente com a realidade. Porém, seria necessária uma pesquisa mais aprofundada buscando identificar também a visão da comunidade externa sobre a gestão da escola. Em trabalhos posteriores essa pesquisa pode e deve ser enriquecida.

Questionados se já participaram de alguma tomada de decisão da escola, 91% afirmou que sim e 9% que não. Dentre as situações em que eles têm a oportunidade de tomar decisão, foram citadas: reuniões de pais e mestres, planejamentos, realização de eventos e projetos na escola, reuniões de conselho escolar, elaboração do Projeto Político Pedagógico e em situações que surgem no cotidiano escolar.

É válido destacar que um (a) dos pesquisados (as), apesar de indicar em todas as outras seis respostas que a gestão estimula a participação e as decisões coletivas, afirmou que nunca participou⁷ de nenhuma tomada de decisão.

Quando interrogados se achavam que a gestão conhecia seus anseios e opiniões, 81,8% respondeu que sim e 18,2% que não. Ressalta-se que os que responderam negativamente foram o vigia e a zeladora, o que pode indicar que talvez as opiniões e anseios desses segmentos não estejam sendo considerados, como eles gostariam, pela gestão da escola.

Com base nesses resultados, verifica-se que a gestão da escola se preocupa em ouvir, motivar e envolver sua equipe nas decisões, atividades e projetos que são desenvolvidos, o que repercute no modo como ela colabora com o que é proposto. Esse trabalho em equipe contribui com a oferta de uma educação significativa na escola. Entretanto, nota-se que a escola, bem como o trabalho da gestão apresenta algumas fragilidades que precisam ser repensadas e rediscutidas visando à oferta de uma educação cada vez mais de qualidade para a comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante tudo isso, percebe-se que a gestão da escola é bem aceita pela sua equipe e que busca valorizar a opinião e instigar a participação de todos nas atividades e decisões a

⁷ O (a) pesquisado (a) não fez nenhum comentário em relação a esta sua resposta.

serem tomadas, o que reflete no engajamento dos educadores com as propostas da gestão e, conseqüentemente, com a qualidade da educação ofertada nessa instituição de ensino. Isto vai ao encontro do que afirma Lück (2009, p. 69) que “escola democrática é aquela em que seus participantes estão coletivamente organizados e compromissados com a promoção da educação de qualidade para todos”.

Nota-se que, mesmo a escolha dos diretores no município acontecendo por meio de indicação política, a gestão da escola investigada é democrática. Seu dirigente é responsável e comprometido com sua equipe e com a educação. Todavia, a gestão da escola ainda apresenta fragilidades que precisam ser repensadas e rediscutidas.

Destaca-se que algumas metas propostas no PPP precisam ser efetivamente colocadas em prática, tais como a implantação dos conselhos de classe e investimentos em formação continuada para os servidores. Tais ações podem contribuir ainda mais com o desenvolvimento da escola.

Nesse contexto, compreende-se que a gestão democrática deve ser o modelo a ser adotado pelas escolas na busca de uma educação plena e que contribua com a transformação social que se almeja. A comunidade escolar e local deve ser incentivada não só a participar das decisões, mas também a contribuir para que as ações planejadas e discutidas sejam de fato materializadas.

Por tudo isso, acredita-se que quando a comunidade escolar participa efetivamente das decisões e processos escolares se sente mais motivada a colaborar e contribuir com a construção de uma educação mais significativa e de qualidade. Portanto, no século XXI a gestão escolar deve se direcionar para essa via do diálogo, da democracia, do respeito e da ética.

Frente a isso, espera-se que este trabalho venha despertar novas pesquisas sobre a temática abordada de forma que promova um maior debate e reflexão sobre o assunto, proporcionando a ampliação de conhecimentos e contribuindo com uma maior compreensão sobre a relevância da gestão democrática e participativa no contexto educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Gestão da Educação Escolar. **Ministério da Educação**, Brasília:Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: <
http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/06_gest_edu_esc.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2016.

_____. Plano Nacional de Educação (2014-2024). **Ministério da Educação**, Brasília, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2016.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. **Presidência da República**, Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

_____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Presidência da República**, Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 01 jun. 2016.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido**. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Gestão democrática na escola, ética e sala de aula. **Revista ABC Educativo**. São Paulo, n 64, v. 64, p. 30-33, [2007]. Disponível em: <http://luckesi.com.br/textos/abc_educatio/abceducatio_64_gestao_democratica_da_escola.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2016.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da Gestão Escolar e suas Competências**. Curitiba: Positivo, 2009. Disponível em: <http://www.fundacoes.org.br/uploads/estudos/gestao_escolar/dimensoes_livro.pdf>.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. Disponível em: <<http://www.teoriadacomplexidade.com.br/textos/textosdiversos/SeteSaberes-EdgarMorin.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

PIAUI (Estado). Governo do Estado do Piauí. **Decreto nº 12.765 de 17 de setembro de 2007**. Regulamenta o art. 119 de Lei Complementar nº 71, de 26 de julho de 2006, disciplinando a gestão democrática nas escolas da Rede Pública Estadual de Ensino no Piauí e dá outras providências. Piauí, 2007. Disponível em: <<http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/ato/13562>>. Acesso em: 01 jun.2016.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. **Escola Municipal Borges de Sousa**. Picos, 2015.

SILVA, Nilson Robson Guedes. Gestão Escolar Democrática: uma contextualização do tema. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 5, n. 6 p. 91-106 jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/view/306/340>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

TAVARES, Wolmer Ricardo. **Gestão Pedagógica: gerindo escolas para a cidadania crítica**. Rio de Janeiro: Wak, 2009.